



Nº 2

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA,
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1999**

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove reuniu, pelas vinte horas e cinquenta e três minutos, a Assembleia Municipal de Évora, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

- 1. Informação do Presidente da C.M.É.**
- 2. Biblioteca Pública de Évora**
- 3. Cedência de 51 lotes, no bairro da Casinha Norte, às Cooperativas de Habitação Económica Giraldo Sem Pavor, Boa Vontade e Habitévora**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

Verificada a ausência do 2º Secretário, Sr. António Joaquim Serrenho, o Sr. Presidente pediu à Sra. D. Maria da Conceição Sarmento Couvinha para completar a Mesa.

Feita a chamada, constataram-se mais as seguintes presenças: José Zorrinho, Lino de Carvalho, José Cardoso, José Simão, Acácio Alferes, Ricardo Rita, Celino Silva, Nuno Monteiro, Carlos Percheiro, Silvino Alinho, Maria Helena Silva, Carlos Cunha, Carmen Balesteros, Fernando Casqueiro, Maria do Céu Costa, Bernardino Grilo, José Serra, Francisco Rato, José Piteira, João Valverde, João Ricardo e Joaquim Trolhas.

Faltaram os(as) Senhores(as): Maria do Céu Ramos, José Russo, Margarida Félix, Luís Bettencourt, António Foito, Jerónimo Mendes, Estevão Bicho, Isidro Lobo, Francisco Estevão, Manuel Rico, Maria Gabriela Silva, Miguel Chumbo, João Rodrigues e Maria do Carmo Ricardo.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Abílio Dias Fernandes, e pelos Vereadores Jorge Pinto e Almeida Henriques.

Seguidamente, O Sr. Presidente passou a revelar todo o expediente que deu entrada no Secretariado da A. M. desde a sua última reunião ordinária, tendo lido na íntegra uma carta expedida pelo

Acta n.º 2 da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 1999

1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

munícipe Joaquim António Valverde, datada de 20.01.99, na qual descreve algumas carências existentes no Bairro de Almeirim; o ofício n.º 3, de 3.02.99, emanado da Assembleia Municipal de Alijó, contendo em anexo uma proposta do autarca Benvindo André Lopes, Presidente da J. F. de Ribalonga, visando remunerar os Presidentes de Junta no desempenho das suas tarefas; um ofício remetido pelos Vereadores do PS da CMÉ, onde dão a conhecer o parecer emitido pela Procuradoria Geral da República sobre o funcionamento dos órgãos autárquicos no concelho de Évora; e o ofício n.º 3362, datado de 25.02.99, proveniente da C. M. de Évora, solicitando o agendamento, se possível para a próxima reunião (esta) da A. M., do seguinte assunto: **“Cedência de 51 lotes no bairro da Casinha Norte, às Cooperativas de Habitação Económica Giraldo Sem Pavor, Boa Vontade e Habitévora”**.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ACTA

O Sr. Presidente colocou à consideração do plenário a acta da reunião de 17 de Julho de 1998.

O Sr. Presidente da CMÉ propôs a seguinte alteração:

Pág. 5 - 9ª linha - substituir “na arte” por “na investigação e nos trabalhos de campo.....”.

Não desejando mais alguém introduzir modificações, o Sr. Presidente pôs a mencionada acta à votação, com a inclusão da alteração proposta pelo Sr. Presidente da CMÉ, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente colocou à ponderação do plenário a possibilidade de o público poder intervir no contexto da discussão do 2º ponto, dado que, noutras ocasiões, tal tem ficado definido à priori.

Como nenhum dos membros da A. M. se opôs à proposta do Sr. Presidente, foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Entretanto, O Sr. José Cardoso, lembrou que, na reunião que teve lugar em 18.12.98, foi decidido constituir um grupo de 6 elementos, visando colaborar com a Câmara na elaboração do programa das comemorações do 25 de Abril, o qual reuniu cinco vezes, sem que qualquer eleito do PSD tivesse comparecido.

Depois revelou que a Vereação colocou à disposição da referida comissão um elemento de ligação, para se fazer a coordenação do que ambas as partes pretendem levar a cabo para o efeito, havendo a destacar que a autarquia tem em vista organizar iniciativas ao longo do ano de 1999, especialmente

Acta n.º 2 da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 1999

2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

nos meses de Abril e Maio, e que os programas da Feira de S. João e do “Viva a Rua” contemplem a efeméride, para além de desejar homenagear 25 figuras do concelho, ligadas às áreas sócio-cultural e política.

Prosseguindo, o Sr. José Cardoso deu a conhecer as acções que o grupo de trabalho pretende implementar: a realização duma sessão conjunta entre a Câmara Municipal e a A. M. no dia 25 de Abril, a ter lugar no Palácio de D. Manuel, onde serão feitas alocações por parte de representantes da edilidade e de cada força política com assento na Assembleia; a efectuação de um concurso de textos, no âmbito das escolas primárias e secundárias, com posterior publicitação dos mesmos; a realização de debates sobre o 25 de Abril, com a participação de personalidades de todos os quadrantes políticos; criação e publicação de banda desenhada alusiva à data, a qual deverá acentuar a ligação de Évora e do Alentejo à mesma; a efectuação dum ciclo de conferências, designadas por “Fórum 25”, a levar a efeito nos bairros periféricos, versando os mais variados temas; que o dia da cidade de Évora tenha como fundamental motivação cultural o 25 de Abril e as suas consequências concretas para o país.

Por fim, o Sr. J. Cardoso fez questão de fazer chegar à Mesa a proposta atrás citada.

Posto isto, o Sr. Acácio Alferes esclareceu que o grupo de trabalho, ao elaborar o documento, teve a preocupação de alcançar os seguintes objectivos:

- Que houvesse, pública e reconhecidamente, uma forte identificação de Évora com o 25 de Abril, procurando-se que o dia da cidade fosse marcado por esta efeméride;
- Levar o 25 de Abril às camadas mais jovens, de maneira que elas o possam entender e reconhecer, para evitar aquilo que ouviu numa estação de rádio, que foi alguns estudantes, de uma determinada escola, identificarem a data com a ponte entre Almada e Lisboa.

Por outro lado, comunicou que o grupo esteve reunido ontem, tendo faltado à sessão, entre outros, o Dr. Luís Bettencourt, o qual entregou um documento ao Sr. José Russo manifestando o seu desacordo pela pretensão da Câmara homenagear 25 figuras do concelho, das áreas da vida sócio-cultural e política, compartilhando todos os elementos do grupo presentes da mesma opinião, porque tal poderá ser motivo de polémica.

A propósito das palavras do orador antecedente, o Sr. Presidente elucidou que o trabalho com as escolas implica motivação e contactos, e como as disponibilidades logísticas da Assembleia são escassas, seria conveniente que as propostas fossem formalizadas o mais possível, para a Mesa poder dar-lhes o seguimento adequado, designadamente no que toca à realização da sessão conjunta.

Face à ausência, nesta reunião, dos autarcas da CDU indigitados para fazerem parte do referido grupo de trabalho (os Srs. José Russo e Luís Bettencourt), o Sr. Lino de Carvalho noticiou que a mesma dava como bom o documento em causa, e transmitiu partilhar o sublinhado feito pelo Sr. Presidente.

Noutro contexto, o Sr. João Valverde aludiu, à semelhança do que já fizera numa anterior sessão da A. M., à existência de um forno no polo da Universidade de Évora, sito na Mitra, no qual, se estarão a queimar, supostamente, animais putrefactos e resíduos hospitalares, estando a população da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Freguesia de N.^a Sra. da Tourega preocupada com a situação e disposta a encetar formas de luta para resolver o problema, dado que tal está a afectar o meio ambiente local, tendo perguntado à Vereação se tinha conhecimento do assunto e se não havia maneira de resolvê-lo.

A este respeito, o Vereador Almeida Henriques clarificou que o licenciamento conferido à Universidade obedeceu ao legalmente estabelecido, não deixando de observar que as apreensões da J. F. de Valverde serão alvo de ponderação por parte do Executivo, indo elas ser transmitidas ao Sr. Reitor daquela Instituição, no sentido de ele poder informar a Câmara, o mais detalhadamente possível, sobre se a legalidade está ou não a ser cumprida e qual o conteúdo do material que está ali a ser queimado, cuja informação será fornecida ao Sr. João Valverde oportunamente.

Sobre o pedido formulado pela Câmara para se incluir nesta reunião um ponto extra na ordem de trabalhos, o Sr. Presidente asseverou tratar-se duma situação que não se enquadrava com clareza nas disposições legais vigentes, nem do ponto de vista da legislação geral nem do ponto de vista do Regulamento, sendo o conteúdo deste omissivo em relação à matéria, julgado ser correcto que, sempre que uma situação destas, com carácter de excepcionalidade, se venha a pôr, a Assembleia deverá ponderar, quer a urgência quer a natureza do próprio problema, e não considerar que se abriu um precedente a partir do qual estas questões funcionem automaticamente.

No âmbito atrás descrito, o Vereador Almeida Henriques justificou tratar-se de um programa conjunto entre as 3 Coopertivas, as quais precisam de concretizá-lo o mais depressa possível, para poderem ultrapassar a situação económica difícil que atravessam.

Na passada segunda-feira foi confrontado com um pedido “S.O.S.” das 3 entidades, no sentido de que o assunto pudesse ser agendado, com carácter de urgência, na reunião pública de Câmara da quarta-feira seguinte, e, na sequência disso, que pudesse fazer a mesma diligência junto da Assembleia Municipal, sendo a questão exposta o motivo desta tomada de posição, concluiu.

O Sr. Presidente acrescentou que foi contactado, para o efeito, na pretérita quarta-feira, tendo resolvido pessoalmente o caso, na medida em que não teve tempo suficiente para auscultar os outros membros da Mesa, sendo certo que ele poderia ter sido solucionado através: ou de uma proposta para a convocatória desta sessão, mesmo que o ponto não estivesse convenientemente instruído, ou de uma convocatória para uma reunião extraordinária.

O Sr. José Cardoso demonstrou estar de acordo com a resolução urgente do processo, e, em conexão com ele, propôs o agendamento, numa futura reunião da Assembleia, de um ponto destinado à discussão do problema dos solos para construção, porque é fácil imputar responsabilidades para a situação absolutamente incrível que se vive em Évora, em que se está à beira das pequenas empresas de construção falirem, em virtude de os terrenos não serem postos no mercado, resultante de uma legislação limitada que impede a sua disponibilização imediata e que favorece a especulação.

O Sr. José Zorrinho declarou que se estava perante duas excepcionalidades contraditórias: a do método, que o Sr. Presidente referiu muito bem, e a da urgência, achando que, em caso de dúvida, se



deve beneficiar o cidadão, sendo favorável à integração do ponto na ordem de trabalhos, de modo a facilitar a missão das cooperativas.

O Sr. Lino de Carvalho proclamou que a CDU não via inconveniente em introduzir-se este ponto na ordem do dia, no sentido de dar resposta às necessidades da Câmara e das cooperativas de habitação, não deixando de alertar para o facto de que a decisão de alteração da ordem de trabalhos, tomada nestas condições, poderá ser objecto de impugnação por parte dos presentes e dos ausentes.

O Sr. Presidente colocou à consideração do plenário o aviso feito pelo Sr. L. de Carvalho, cujo pormenor foi plenamente aceite por todos. Assim, o Sr. Presidente pôs à votação a inclusão do ponto **“Cedência de 51 lotes, no Bairro da Casinha Norte, às Cooperativas de Habitação Económica Giraldo Sem Pavor, Boa Vontade e Habitévora”** na ordem de trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade.

Com o desfecho deste acto, o Sr. Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia.

PONTO 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA C.M.É.

O Sr. Presidente da CMÉ informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Dezembro/98 e Janeiro/99, tendo destacado particularmente os seguintes pormenores: a conclusão do Terminal Rodoviário, as negociações feitas com a TAP com vista à implantação da Escola de Pilotos no aeródromo local; ao início do funcionamento da ETAR de S. Sebastião da Giesteira; ao avanço das obras da rotunda do Chafariz D’El-Rei; à quase conclusão do arranjo do Jardim do Paraíso; ao lançamento da 1ª pedra do empreendimento do NIA, em Azaruja; à inauguração do Museu de Metrologia, sito no Largo Chão das Covas; ao lançamento, a nível mundial, do novo modelo da Opel - Vectra, que ocorreu nesta cidade; às dificuldades de arranque do PROCOM; à instalação de novos abrigos para passageiros; à colocação das novas bandas sonoras de borracha; ao desenvolvimento do projecto INTRANET da CMÉ; e ao arrendamento do imóvel nº 8 da Praça de Sertório, destinado às futuras instalações da A. M..

O Sr. Lino de Carvalho, tendo presente que têm surgido, nalguns órgãos de comunicação social, preocupações relativas a problemas de segurança dos cidadãos em diversos bairros da cidade, ao ponto de a J. F. da Malagueira ter emitido uma nota sobre a matéria, a propósito da proliferação de fenómenos de tóxicodependência e de actividades marginais ligadas a essa questão, perguntou ao Executivo se havia alguma avaliação feita sobre a situação, designadamente referente à supramencionada zona.

O Sr. João Valverde inquiriu à Vereação o seguinte: “Foi a Câmara que comprou os abrigos para passageiros colocados recentemente na cidade”? “Quanto é que custaram”? “Qual foi a empresa que os instalou”?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. José Zorrinho fez saber que teve acesso a uma listagem de projectos aprovados no PROCOM, de vários concelhos, na qual não constava nenhum do concelho de Évora, pelo que solicitou ao Executivo que fizesse o ponto da situação do mesmo.

Por outro lado, exprimiu ter ficado algo surpreendido quando soube que o PROCOM não financia parques subterrâneos, cuja norma contraria uma parte da apresentação feita do plano ÉVORACOM, na última reunião da Assembleia, uma vez que ele aponta para a construção de 2 parques subterrâneos, um na Praça 1º de Maio e outro no Jardim das Canas, sendo suposto que alguma coisa não estaria a bater certo, facto que o impeliu a pedir esclarecimentos à Administração Municipal.

Tendo o Sr. Presidente da CMÉ feito alusão ao lançamento da 1ª pedra do empreendimento do NIA, em Azaruja, o Sr. João Ricardo insistiu, conforme já fizera noutras sessões antecedentes da Assembleia, em vincar que a respectiva iniciativa não pertenceu à Câmara mas sim aos industriais daquela aldeia, que sempre assumiram essa responsabilidade.

O Sr. José Piteira considerou benéfica a discussão que estava a decorrer, mas lembrou que o 2º ponto da presente agenda transitava da reunião efectuada em 18.12.98 e que algumas pessoas do público, ligadas à Biblioteca, estiveram muito tempo à espera por uma tomada de posição da A. M., pelo que sugeriu que os trabalhos fossem acelerados, de molde a evitar a saturação da assistência.

O Vereador Almeida Henriques, respondendo à pergunta posta pelo Sr. Lino de Carvalho e cingindo-se ao eixo da Malagueira, S.ta Maria, Fontanas e Cruz da Picada, deu conta que a autarquia tem acompanhado o problema com preocupação, e fê-lo através de uma diligência efectuada pelo Sr. Presidente da CMÉ junto do Sr. Governador Civil, com o sentido de se realizar uma reunião de trabalho para o analisar, tendo resultado daqui a garantia da manutenção, por parte das entidades competentes, do posto avançado da PSP sito na Cruz da Picada, e do reforço da vigilância no respectivo eixo.

Em paralelo, o Município desencadeou, conjuntamente com o Arq.º Sisa Vieira, um programa de reorganização da zona, o qual está em curso, com o objectivo de se procurar intervir no território, para lhe conferir melhores condições e qualificação, particularmente na área da iluminação pública.

Por último, noticiou que os serviços técnicos da autarquia têm praticamente pronta a proposta para criação do Conselho Municipal de Segurança.

Relativamente às interrogações formuladas pelo Sr. Valverde, o Vereador Jorge Pinto esclareceu que os abrigos mais antigos são propriedade e estão sob a responsabilidade das juntas de freguesia, e que os mais novos custaram 1.600 cts/cada. Só que a Câmara não dispendeu qualquer verba com eles, uma vez que o contrato da sua montagem e manutenção foi trocado não só pelo valor da exploração da publicidade dos 80 “mupis” instalados na urbe, mas também pelo direito de a Câmara poder utilizá-los na propagação de eventos, como o 25 de Abril, por exemplo, e de o CENDREV poder publicitar os seus espectáculos ao longo de 10 anos.

Sobre as questões levantadas pelo Sr. Zorrinho, revelou que, na passada terça-feira, havia 11 projectos formalmente entregues na Direcção Geral de Comércio. Pelo conjunto de comerciantes que contactaram os serviços do Município, estima-se que se consigam atingir cerca de 130 candidaturas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

residindo o problema no facto de se apurar quantas delas conseguirão concluí-las no prazo estabelecido (15 de Março).

Com respeito à problemática dos parques de estacionamento subterrâneos, explicou que é preciso ter em conta aquilo que o estudo obrigatório do PROCOM identificou como elementos fracos de estrangulamento da atractividade comercial, não tendo 2 deles elegibilidade dentro do quadro regulamentar do referido programa, reconhecidos, aliás, pelo Secretário de Estado como erros de elaboração do Regulamento do actual Q.C.A., que são: o apoio ao estacionamento e a melhoria da iluminação pública.

No que toca à intervenção do Sr. João Ricardo, o Vereador Jorge Pinto tornou claro que todo o dossier do NIA foi, desde a primeira hora, de sua autoria, dado que apresentou aos corticeiros de Azaruja, em 1996, uma proposta que deu materialização ao citado projecto, e, em resultado disso, os atrás designados solicitaram à Câmara Municipal que construísse um parque industrial naquela localidade. E foi aí que lhes foi perguntado porque não formar-se uma empresa composta por eles próprios, pela CMÉ e pelo CIEA, que desse lugar ao parque, porque assim ser-lhe-ia conferido maior êxito. Assim se constituiu a associação, sendo a edilidade, por razões várias, o sócio maioritário, tendo colocado, para o efeito, uma condição: a de que a sociedade nunca poderá alienar nenhum dos lotes a preço, por m², superior ao valor da Tabela de Taxas do Município para as freguesias rurais.

Ainda neste contexto, o Sr. Presidente da CMÉ, tendo presente que a edilidade incentivou os corticeiros de Azaruja a avançar com o projecto, fez o alvará, elaborou a proposta de candidatura, entrou com uma parte financeira que ultrapassa os 50%, e que a RTP Regiões, aquando da cerimónia de lançamento da 1ª pedra, após o seu discurso como responsável da empresa, foi entrevistar o Sr. João Ricardo como principal interventor do processo, afirmou ter achado a alocação deste autarca tão estranha, que o levava a fazer a seguinte pergunta: “Será a influência do Partido Socialista tão grande na RTP” ?

O Sr. João Ricardo respondeu: “ Na fotografia publicada no jornal Diário do Sul só apareceu o Senhor a assinar e o Sr. Fonseca. Será isso influência”?

Por seu turno, o Sr. José Zorrinho declarou: “Nós, do PS, acreditamos fortemente no princípio da subsidiariedade. E eu perguntaria ao Sr. Presidente da CMÉ se, por acaso, o Presidente da J. F. de Azaruja não tivesse sido eleito pelo PS, incomodá-lo-ia tanto isso ter passado na RTP”?

Por sua vez, o Sr. Celino Silva fez ver ao Sr. Zorrinho que o que se estava a falar era na manipulação que o PS faz a nível d informação local. E quando o Sr. Presidente da Junta retorquiu em relação ao Diário do Sul, pelos vistos este foi isento, porque mostrou os principais protagonistas num culminar dum processo destes, disse.

O Sr. João Ricardo, virando-se para o Sr. Celino contrapôs: “Estou na vida como sempre estive, no lado sério. Nunca pensei passar pela televisão ou pelos jornais, isso não me interessa. Moro em Azaruja há 43 anos, lá nasci e a minha família descende de azarujenses, e nunca andei nestas coisas com outro interesse que não fosse o desenvolvimento da minha terra”.



Posto isto, o Sr. Presidente deu por terminado o 1º ponto da ordem do dia.

PONTO 2 - BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

O Sr. Presidente recordou que esta era a 3ª vez que a Assembleia iria debater o assunto em causa, tendo depois feito uma breve resenha das etapas mais marcantes acontecidas nas sessões anteriores, evidenciando particularmente a constituição dum grupo de trabalho, numa perspectiva de se organizar um conjunto de sugestões e de um dossier suficientemente fundamentado, visando requerer uma entrevista ao Sr. Ministro da Cultura, para dar-lhe conta do que é a posição da A. M. perante as questões da Biblioteca Pública.

Lembrou, também, que o referido grupo fez a apresentação de um texto, então apreciado pelo plenário, tendo-se convencionado que ele deveria estar aberto ao acolhimento de todos os alvítes, de modo a ficar mais enriquecido.

Assim, sugeriu que a discussão se orientasse, em primeiro lugar, pela intervenção de um elemento do grupo de trabalho, dando-se depois oportunidade ao público para efectuar os comentários que entendesse, sempre com o intuito de se melhorar o texto atrás descrito.

Para tanto, convidou a Sra. D. Carmen Balesteros a usar da palavra, na qualidade de porta-voz do grupo nas reuniões antecedentes.

Entretanto, o Sr. José Zorrinho concordou com a proposta do Sr. Presidente, desde que a intervenção da Sra. D. Carmen se resumisse à explicação do documento, visto que se falasse em nome da bancada da CDU os eleitos das outras forças políticas também teriam o direito de discursar.

Face ao exposto, a Sra. D. Carmen Balesteros prontificou-se a elucidar a assistência sobre o conteúdo do relatório, pondo em equação a conveniência de se proceder à sua leitura ou não.

O Sr. José Cardoso opinou que a leitura do documento permitiria à assistência conhecer a base de trabalho da comissão.

Deste modo, a Sra. D. Carmen Balesteros passou a ler o texto na íntegra, o qual se apensa a esta acta, dela fazendo parte integrante.

Posteriormente recordou que avançara, na passada reunião de 18 de Dezembro, com algumas informações novas relacionadas com o agravamento do serviço prestado aos utentes, designadamente, por exemplo, o facto de a consulta e o trabalho na Sala dos Simélios parar às 17,30 horas, coisa que dificulta muito a vida aos investigadores e aos alunos, e a confirmação oficial de que uma boa parte do espólio da BPÉ, apesar de manter a mesma quota, aparecer como pertença do Arquivo Distrital de Évora, pormenor comprovado pela comissão de trabalho, através da obtenção de micro-filmes das obras em causa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para finalizar, manifestou estar «contente» com o que se está a passar, somente para chocar os(as) que a estavam a ouvir e para abanar as consciências, porque a situação da Biblioteca é tão má, tão má, que se torna impossível que o Ministério da Cultura não possa resolvê-lo a contento.

Em aditamento às palavras da oradora antecedente, o Sr. Nuno Monteiro noticiou que o documento foi aprovado por unanimidade pela equipa de trabalho.

O Sr. José Zorrinho sublinhou o facto enumerado pelo Sr. N. Monteiro e também destacou algo descrito pela Sra. D. Carmen: a responsabilidade da situação da BPÉ cabe não só aos vários governos, quer do PSD quer do PS, mas também à autarquia, pelo que todos se deverão envolver na sua resolução.

O munícipe Celestino Froes David, Presidente da Direcção do Grupo Pró-Évora, agradeceu à Assembleia a oportunidade concedida ao público para poder intervir neste debate, e salientou o documento produzido pelo grupo de trabalho, o qual reitera, na sua globalidade, as posições defendidas pela atrás citada agremiação.

Ao mesmo tempo, confirmou as novidades reveladas pela Sra. D. Carmen, nomeadamente no que toca ao desvio de obras da B.P. para o Arquivo Distrital, numa tentativa óbvia, por parte da Torre do Tombo, de arrebanhar o valioso património à guarda da BPÉ.

Para ultimar, expressou discordar com o que se disse em relação às responsabilidades, porque, na sua óptica, tal não pode ser imputado à CMÉ, mas sim aos ministérios da cultura dos últimos governos, especialmente a partir do momento em que se tentou entregar a tutela da Biblioteca à Universidade de Évora (no tempo do PSD), já nessa altura considerando-a como qualquer coisa que estava moribunda.

O Sr. Silvino Alinho frisou que, como representante do PSD no grupo, teve oportunidade de acompanhar quase todas as actividades que foram realizadas, designadamente a visita feita por todas as forças políticas à Biblioteca, e logo aí lhe ressaltaram algumas dúvidas sobre o que se estava a passar, sendo de seu parecer que existem muitas coisas por esclarecer e que algumas promessas caíram no esquecimento, tanto assim que alguns aspectos se agravaram de tal forma que hoje é sabido que alguns sectores não estão a funcionar, pelo que o PSD lamentava a situação a que se chegou, sendo imperioso que ela seja solucionada e a Assembleia terá que tomar posições nesse sentido.

O cidadão Marcial Rodrigues, começou por lembrar um excerto do comunicado emitido pelo Grupo Pró-Évora nas vésperas da vinda do Sr. Ministro Manuel M. Carrilho a Évora, em 25.03.98: “Que a unidade institucional da BPÉ obriga ao reconhecimento legal da sua autonomia administrativa, técnica e científica, sobre a tutela do Ministro da Cultura. Espera-se assim que seja produzida legislação nesse sentido.....”.

Isto a propósito de pensar que a dimensão do património da referida Instituição e o seu continuado enriquecimento no futuro, apenas pode ser garantido com verbas orçamentadas pelo Ministério da Cultura, fazendo ver que havia um pormenor no relatório que deveria ser clarificado e debatido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

respeitante à passagem da BPÉ para o I.P.L.B., não deixando de revelar que este organismo é quem tem a seu cargo a rede de leitura pública, que é cometida às edilidades por meio de bibliotecas municipais, não possuindo, a maior parte destas, depósito legal, sendo intenção declarada do M. C. acabar com o mesmo, mantendo-o apenas para a Biblioteca Nacional, pelo que a transferência da BPÉ para a alçada do Instituto Português dos Livros e das Bibliotecas vai colocá-la ao nível das bibliotecas municipais, mais tarde ou mais cedo. Deste modo, advogou que no relatório deveria constar “passagem transitória”, porque, senão, poderá ser o fim da Instituição.

Para concluir, asseverou que a Assembleia também deveria equacionar, hoje, uma proposta prática para que se constituísse um grupo múltiplo, porque era preciso várias pessoas a pensar no assunto e a agir rapidamente.

O Sr. Carlos Cunha proferiu que para o PS é inadmissível que a Instituição em causa passe a ter outro estatuto que não aquele que sempre teve, o de Biblioteca Nacional com todas as regalias que isso lhe confere, sendo importantíssimo que tudo se faça para que ela se mantenha no actual edifício, criando-se, evidentemente, as condições para que nele sejam feitas obras, de forma a adequá-lo melhor às novas necessidades, estando os eleitos do mencionado Partido disponíveis para o que for preciso.

Mais à frente, reportando-se à dissertação do Sr. Marcial Rodrigues, acrescentou que não seria de mais, numa cidade como Évora, existirem duas bibliotecas, uma pública e uma municipal, possuindo esta, por norma, outras características, que terá que passar por um outro tipo de edifício, que terá que ter outras valências, que será um espaço mais aberto, muito mais colorido, que permita um conjunto de outras iniciativas que não apenas a da leitura.

Quanto à ideia avançada pelo Sr. Marcial Rodrigues, de se formar uma equipa múltipla, deu o parecer de que alguém do Grupo Pró-Évora (com a credibilidade que tem e com as pessoas que dele fazem parte) poderia ser o coordenador do processo, com a participação, evidentemente, de membros da A. M..

O Sr. José Simão exprimiu que o tipo de biblioteca vigente nesta cidade parece que não casa muito com a política do Ministério da Cultura dos últimos anos, em relação à lógica da rede de leitura pública e dos arquivos, tendo o respectivo Ministro já assumido que Évora necessita de uma solução de excepção. Só que, por causa disto, a questão da rede de leitura pública, que é fundamental, não poderá ser mais adiada, obviamente, sendo de lembrar o que se passa hoje com a dinâmica das bibliotecas municipais, como, por exemplo, a de Beja. Isto a propósito de pretender dizer que a proposta a apresentar terá que enquadrar as vertentes atrás expostas.

Para fechar, concordou com a opinião do Sr. C. Cunha, de que um elemento do Grupo Pro-Évora deveria integrar o grupo técnico, devendo este apresentar, no prazo de 90 dias, a supracitada proposta, a qual deverá equacionar aquilo que deve ser considerado da responsabilidade quer da autarquia quer do Ministério.

O Sr. Lino de Carvalho, aludindo a uma parte da intervenção do Sr. Celestino David, recordou que em 11.03.92, à revelia da CMÉ e da cidade, o Sr. Secretário de Estado da Cultura de então, Pedro Santana Lopes, celebrou um protocolo que pretendia transferir a Biblioteca Pública para a Universidade de Évora, com o objectivo de que o fundo antigo daquela constituísse um núcleo de



uma biblioteca erudita universitária. Mas como um grupo de leitores e investigadores levantaram o problema, a Câmara protestou, ele próprio o levantou na Assembleia da República e dado que houve alterações no quadro político nacional, o processo nunca se chegou a concretizar.

Dando um salto no tempo, lembrou, também, que, já com o actual Governo, foi publicado o Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de Março, que extinguiu a BPÉ e Arquivo Distrital no quadro institucional que ela mantinha, passando-a para a dependência provisória do Instituto dos Arquivos Nacionais, com o intuito de a desclassificar, dividir e transferir para o património municipal, traduzindo-se esta posição em coisas muito práticas, como, por exemplo, não dotar a Biblioteca dos meios financeiros, humanos e tecnológicos, para ela se tornar num organismo actual, com as valências e com a qualidade de prestação de serviços que as bibliotecas hoje têm. Com a publicação desta legislação a cidade foi de novo alertada e, por iniciativa de alguns cidadãos e em particular do Grupo Pró-Évora, foi desenvolvido um movimento de opinião que levou a que o Ministério tivesse que reequacionar, publicamente, a opção que tinha, tendo ele próprio levantado novamente a questão na Assembleia da República, adiantou.

Depois, frisou que o problema da BPÉ não reside nas suas instalações, na medida em que por muitas obras e melhorias que se façam, há sempre um limite que é o próprio limite físico do espaço, sendo sim preciso assegurar e perceber que esta Biblioteca é específica, não só pelo património que possui, mas também pelas valências que utiliza, pelo que a comparação feita, pelo Sr. J. Simão, entre a Biblioteca local e as várias bibliotecas municipais espalhadas pelo país não fazia qualquer sentido, porque estas não têm cumprido, ao longo da sua história, a dupla valência que a desta cidade tem levado a cabo (de investigação e de leitura pública), não deixando de realçar que o consenso poderá ser encontrado, caso a BPÉ venha a manter as características que tem tido até agora. Neste domínio, fez saber que a CDU propunha que se constituísse uma delegação da A. M., associada com membros da Câmara, com a finalidade de levar as conclusões deste debate e do documento em apreciação ao Sr. Ministro da Cultura e confrontá-lo com todas as questões atrás descritas e com os seus compromissos assumidos anteriormente.

Para terminar, referiu que a CDU estava de acordo que era necessário clarificar o aspecto final do texto onde se considera indispensável a passagem da tutela da BPÉ para o IPLB, propondo, para o efeito, a seguinte nova redacção: “A passagem, de facto e a título provisório, da tutela da B.P.É. para o I.P.L.B. que, nos termos dos justificativos anteriores, respeite e valorize a especificidade da Biblioteca Pública de Évora e a sua autonomia a nível institucional”.

O Sr. José Cardoso opinou que a comissão que viesse a ser formada deveria ser integrada por alguém do exterior, que fosse conhecedor do problema, conforme ficou demonstrado pelas intervenções dos oradores pertencentes ao Grupo Pró-Évora.

Simultaneamente, cingindo-se à última proposta formulada pelo Sr. L. de Carvalho, deu conta ter um medo enorme do que neste país é provisório, geralmente dura duas ou três gerações, sendo de seu parecer que a proposta da A. M. deveria ter um carácter definitivo e que solucionasse, de uma vez por todas, as ambiguidades que têm vindo ao de cima.

O Sr. Presidente fez notar que já não era a primeira vez que se faziam propostas de constituição de grupos de trabalho dentro da Assembleia com uma composição exterior à mesma, sendo isso, na sua ideia, pouco coerente com o formalismo mais elementar, fazendo ver ao plenário que a participação



dos cidadãos e das estruturas deveria cingir-se aos contributos e às sugestões necessárias a facilitar a missão da delegação a ser escolhida.

Por outro lado, focando a parte final da alocução do Sr. J. Cardoso, expressou que as propostas formuladas pelo Sr. Marcial Rodrigues e pelo Sr. Lino de Carvalho eram perfeitamente viáveis, dado que se o carácter provisório de remissão para o IPLB for de molde a acautelar o estatuto que efectiva e realmente se quer para a Biblioteca e que está contido nos pressupostos do texto, não se corre nenhum risco, a não ser a de se protelar isso em termos de tempo.

O Sr. José Cardoso, reagindo à posição do Sr. Presidente, argumentou que a sua ideia tinha como único objectivo a criação de um instrumento legal destinado a salvaguardar o teor da proposta apresentada pelo Sr. L. de Carvalho.

O Sr. José Zorrinho propôs que se formasse não um grupo de trabalho mas sim uma comissão de acompanhamento da situação da Biblioteca, a qual seria criada por iniciativa da Assembleia e composta por membros seus e por pessoas ligadas a instituições ou a movimentos que a têm dinamizado.

Paralelamente, transmitiu que a perspectiva do PS é a de que deve haver, na cidade de Évora, três tipos de organismos diferenciados:

- Uma biblioteca municipal integrada na rede de leitura pública contendo uma gama diversificada de valências, como, por exemplo, a de Beja;
- Um arquivo distrital, para cuja construção apenas falta a autorização, no novo PGU, para a utilização do terreno para esse fim e a candidatura da CMÉ ao programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais;
- Uma biblioteca de âmbito nacional territorialmente sediada nesta urbe, podendo isto ser feito com uma beneficiação do seu espaço e com a alteração do seu quadro de pessoal.

O munícipe Celestino David manifestou estar de acordo com o discurso do Sr. L. de Carvalho e que para o Grupo Pró-Évora a questão do edifício nunca foi muito importante, sendo sim o carácter institucional da Biblioteca, dado que sempre tem defendido que ela deve preservar a sua autonomia, com as valências que sempre teve, adequando-as aos tempos que correm.

No seu modo de ver, a parte final do derradeiro depoimento do Sr. Zorrinho não fazia qualquer sentido, porque se fosse implementada uma biblioteca municipal, a mesma iria diminuir o valor da BPÉ, retirando-lhe a vertente da leitura pública.

O cidadão Marcial Rodrigues, em aditamento à sua pretérita dissertação, acrescentou que se houver uma biblioteca municipal, é ela que cabe, por força da Lei, a leitura pública, indo isto, automaticamente, permitir ao Ministério acabar com o Depósito Legal em Évora, coisa que existe na BPÉ desde 1931, para além de tudo o que foi adquirindo durante todo o século XIX e século XX até àquela data. Se a BPÉ for projectada daqui a cem anos, numa urbe que é património mundial, ficaremos com uma Instituição digna de tal. Agora se ela for fechada no tempo, ou seja, no dia em



que se inaugurar uma biblioteca municipal, a atrás citada acabará aí, significando isto que deixará de ter a actualização que tem nesta altura por força do Depósito Legal.

Talvez por ter sido funcionário da Biblioteca ou por ter estado ligado ao grupo de trabalho, o Sr. Bernardino Grilo fez questão de clarificar que a primeira decisão que deve ser tomada é definir a Biblioteca como uma Biblioteca Pública Nacional, vindo o resto por acréscimo, como determinar as suas valências, esclarecer a situação da Câmara ou a eventual criação duma biblioteca municipal, etc., devendo o Sr. Ministro da Cultura assumir a responsabilidade de dizer sim ou não a esse respeito, porque o caso já se arrasta há mais de 30 anos.

O Sr. Lino de Carvalho deu a conhecer que, segundo o entendimento da CDU, deveria sair desta sessão uma solução política a ser levada ao Governo, uma vez que quaisquer decisões de criar grupos técnicos destinados a apresentar estudos ao fim de alguns meses, eram resoluções de adiamento do problema, as quais ajudavam o Executivo Central a desresponsabilizar-se do mesmo. Assim, caso fosse gerado o consenso ou a maioria possível para aprovar um documento em defesa de Évora e da sua Biblioteca, propunha a formação duma delegação da A. M. que, com a Câmara, pedisse de imediato uma reunião, com carácter de urgência, ao Sr. Ministro da Cultura. Propunha, também, que se convidasse a trabalhar com a Assembleia os organismos que na cidade têm acompanhado o assunto, designadamente o Grupo Pró-Évora.

A Sra. D. Carmen Balesteros revelou ter ficado espantada e assustada com as propostas apresentadas pelos Srs. Carlos Cunha e José Zorrinho. Espantada porque as atrás mencionadas não tinham em conta o conteúdo do relatório elaborado pelo grupo de trabalho, do qual fizeram parte dois eleitos do PS, e assustada pelo seguinte:

- A uma biblioteca municipal, a ser fundada, não será concedido, eventualmente, o Depósito Legal, e, em função das disponibilidades financeiras (se calhar não serão assim tantas), o seu acervo bibliográfico talvez não seja o melhor;
- Uma biblioteca erudita separada de uma outra biblioteca implicará a sua morte;
- Até que ponto depois, em termos orçamentais, haverá dotação do Ministério para a aquisição de obras, de impressos e de manuscritos nos leilões nacionais e internacionais para o crescimento da BPÉ ?

Além do mais é preciso ter presente que, perante o quadro de extinção das duas instituições supracitadas, a única que sobreviveria seria a biblioteca da Universidade, porque é a única que está a crescer e a afirmar-se, apesar de estar a receber público para o qual não está vocacionada, sustentou.

Face ao exposto, o Sr. José Zorrinho explicitou que o PS concordava e iria votar a favor do documento da equipa de trabalho, apoiando inclusivamente a constituição de uma comissão que deveria transmitir o sentido do mesmo ao Sr. Ministro na maior brevidade de espaço de tempo possível.

Adiante, fez sentir ao Sr. L. de Carvalho que a BPÉ para si não é apenas algo de abstracto, na medida em que fez o seu curso estudando nela muitas e muitas tardes, sentindo por ela um sentimento afectivo forte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Posteriormente explicou que o que pretendeu dizer na sua anterior intervenção foi que existia uma expressão no documento (espaço único) que, segundo o seu pensamento, não deveria ser tomada de forma fundamentalista, porque isso poderia prejudicar o objectivo central, parecendo-lhe que se deveria deixar em aberto o princípio da rede complementar de edifícios para um conjunto de valências, nunca lhe passando pela cabeça deixar cair o princípio do Depósito Legal.

Por fim, reconheceu ter usado incorrectamente a frase “biblioteca municipal” quando falava da rede, aceitando como primeira solução o aproveitamento do actual edifício.

O Sr. Carlos Cunha, retorquindo ao depoimento da Sra. D. Carmen, justificou que o documento apresentado pela equipa de trabalho estava ali para ser discutido, não sendo de excluir, à partida, nenhuma reflexão sobre ele.

A seguir, observou: “Evidentemente que a preocupação é de todos. Ninguém aqui quer estar a demorar mais tempo na resolução dos problemas. Estão criadas as condições para começarmos a agir de uma forma determinada e rápida. E que fique bem claro, há muito tempo que quer em grupo aqui na A. M., quer o Partido Socialista ao nível do concelho de Évora, quer pessoas individualmente, têm acompanhado este processo, têm-no assumido e defendido até à exaustão, sem se preocuparem com os melindres, ou os incómodos políticos que possam eventualmente criar”.

Perante as declarações produzidas tanto pelos autarcas da CDU como dos elementos do Grupo Pró-Évora, o Sr. José Simão comentou que as posições tendiam para ter em Évora uma segunda biblioteca nacional, devendo ser essa a solução corporizada na proposta a enviar ao Sr. Ministro da Cultura, não fazendo já sentido a formação do grupo técnico atrás narrado.

Por outro lado, proclamou que, na sua maneira de ver, o entendimento que estava a ser encontrado iria ter as seguintes consequências: **Primeira** - A retirada da candidatura da edilidade à biblioteca municipal de leitura pública; **Segunda** - A hipotética construção dum imóvel para albergar parte do património da BPÉ, visto que o actual edifício já não tem capacidade para mais.

Tendo presente as últimas palavras do orador antecedente, o Sr. Celestino David lembrou que a Câmara emitiu um comunicado, no dia 2.04.98, no qual dizia textualmente: “Face a este novo cenário, a CMÉ desistirá da criação duma biblioteca municipal e da sua candidatura à **bibliopolis** em favor, obviamente, duma única biblioteca que incorpore todas as valências hoje necessárias numa oferta de leitura pública”.

Deste modo, considerou que este ponto estava ultrapassado.

Em virtude de se ter falado tanto em Depósito Legal e para os presentes não pensarem que o mesmo representa uma “chinesse burocrática”, de que sempre que se produz uma obra em Portugal ter que se distribuir um exemplar por cada uma das seis Instituições (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Pública de Braga e Biblioteca Popular Central de Lisboa) que em 1931 foram definidas como tal, o Sr. Lino de Carvalho fez questão de esclarecer que mal sabia quem escreveu este Decreto naquela data que o Depósito Legal foi neste país um instrumento de promoção de leitura, de democratização das consciências e, em muitos casos, de resistência ao fascismo, e



ainda é hoje um meio de acesso e de democratização da leitura. E se se somar a isso as bibliotecas itinerantes da Gulbenkian, constata-se que temos uma rede de acesso à leitura que não é discipiente, sendo esta a sua importância.

De imediato, confirmou que há uma intenção de liquidar o D. L. ou de o reduzir à Biblioteca Nacional, admitindo, todavia, que nalguns aspectos é preciso rever o seu sistema, porque em 1931 não havia o marketing que hoje existe.

O Vereador Almeida Henriques salientou que o pensamento político e a acção política da CMÉ podia-se sintetizar nas intervenções feitas pelo Sr. Lino de Carvalho e pela Direcção do Pró-Évora, e, na especialidade, pelo contributo dado pela Sra. D. Carmen Balesteros, havendo apenas a acrescentar que, em matéria de boa utilização dos dinheiros públicos, a Universidade de Évora já manifestou ao município eborense a intenção de construir um novo espaço edificativo com vista a albergar a sua própria biblioteca.

Ao mesmo tempo, revelou a total disponibilidade e o empenho da autarquia para, na prática e em conjunto com o M. C., encontrarem-se as soluções para resolver tudo aquilo que for definido nesta sessão.

Para concluir, referiu que a candidatura da Câmara ao programa **bibliópolis** assentou no pressuposto fundamental de se resolver o problema da BPÉ, não deixando de realçar de que na hora, no minuto e no segundo em que o Sr. Ministro da Cultura assumir, com todas as consequências, a base de trabalho que foi aqui hoje discutida, a CMÉ deixará cair a supracitada.

Em aditamento à alocução do Vereador A. Henriques, o Sr. Presidente da CMÉ considerou importante elucidar-se porque é que a edilidade não desistiu da candidatura ao programa **bibliópolis**.

Assim, noticiou que, em conversa travada entre ele próprio, o Dr. Manuel Branco e o Dr. Manuel M. Carrilho, este governante proferiu as seguintes palavras a propósito de uma proposta apresentada para se conservar a BPÉ como uma Instituição una: “Mas eu não posso libertar a Câmara de Évora de entrar com a sua parte como foram obrigadas a entrar os outros municípios portugueses”.

Face ao afirmado, o Dr. Abílio Fernandes respondeu: “Então se é assim nós entramos, mas como contribuição exclusivamente e não para desintegrar o que quer que seja”. Não podendo isto ser pretexto para o Sr. Ministro da Cultura não tomar uma decisão, adiantou.

Na linha do que se disse preteritamente, respeitante à questão do edifício único, o cidadão Marcial Rodrigues fez ver que o Sr. Ministro da Cultura poderá vir a dizer, provavelmente, que não dispõe das verbas necessárias para o efeito, pelo que sugeriu que se colocasse no documento um “*eventualmente*”, por exemplo, para se evitar uma posição vinculativa que tire margem de manobra negocial.

Neste domínio, o Sr. Lino de Carvalho disse ter muitas reservas sobre a alteração do texto do grupo de trabalho, tendo, para tanto, feito as seguintes interrogações: “Então defende-se ou não que há um acervo central deste espólio”? “Este acervo é constituído ou não, por um lado, pela parte erudita e, por outro, pela parte da rede de leitura pública resultante do Depósito Legal”?



Até porque a solução do grupo de trabalho acaba por corresponder, também, a uma história da própria frequência da Biblioteca, na medida em que os seus utentes utilizam as duas componentes em simultâneo, acentuou.

Ainda neste capítulo, o Sr. José Zorrinho opinou que a preocupação do Sr. Marcial Rodrigues era no sentido de se encontrar o melhor caminho para se proteger o essencial, concordando o PS com esta tese.

Sendo a ideia principal a de se ter um espaço uno e não uma biblioteca una, o Sr. Zorrinho propôs colocar-se em vez de “eventualmente”: “ Defende que a BPÉ deve manter-se una, sem fraccionamento do acervo documental que vem sendo acumulado há quase dois séculos”.

A Sra. D. Carmen Balesteros, pondo-se, por momentos, no papel de representante de investigadores ou do público utente da Biblioteca, defendeu, também, a preservação do espaço uno, pela simples razão de as pessoas não terem que andar a correr de um lado para o outro à procura das coisas, e por ser muito mais fácil no mesmo local identificar os documentos em si.

Simultaneamente, frisou que qualquer investigador de fora dificilmente encontra um bom lugar de estacionamento junto da Instituição, sendo de seu parecer que um outro espaço, que não aquele, serviria muito melhor os interesses de toda a gente.

O Sr. Lino de Carvalho, tendo presente a última proposta feita pelo Sr. Zorrinho, alvitrou uma outra, recolhida de um comunicado emitido hoje pelo Grupo Pró-Évora: “Defende que a BPÉ deve manter a sua unidade funcional e institucional, sem fraccionamento do acervo.....”.

O Sr. José Zorrinho deu a conhecer que o PS concordava com esta nova redacção.

Face ao exposto, o Sr. Presidente pôs à votação a proposta formulada pelo Sr. Lino de Carvalho, a qual foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente, o Sr. Presidente colocou à votação a proposta apresentada por 5 eleitos da CDU, descrita anteriormente nesta acta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Consumado aquele acto, o Sr. Presidente pôs à ponderação do plenário a constituição da comissão destinada a dar andamento ao processo.

A este respeito, o Sr. José Zorrinho alvitrou que a atrás mencionada fosse paritária, porque, no modo de ver do PS, isso poderia ser mais eficaz, uma vez que se a sua formação fosse feita na base da Mesa (da CDU) + 1 ou 2 membros da Câmara (supostamente também da CDU) + a habitual composição proporcional da Assembleia (4 autarcas da CDU + 2 do PS + 1 do PSD), poderia dar azo a uma leitura de partidarização do movimento.



O Sr. Lino de Carvalho, ripostando à dissertação do Sr. Zorrinho, asseverou que se neste país as delegações perdem eficácia por causa da composição política, mal vai a democracia.

Contudo, não aceitando os argumentos apresentados, a CDU aceitava a sugestão formulada.

Perante os considerandos enumerados, o Sr José Zorrinho retirou a proposta.

O Sr. Lino de Carvalho assumiu, então, a acima mencionada, alvitando a seguinte formação para a delegação: os 3 eleitos da Mesa + 2 membros de cada partido com assento na A. M. + a representação da Câmara.

O Sr. Presidente sublinhou que, do ponto de vista da Mesa, havia uma questão importante a salvaguardar, que era a presença clara dos membros que constituíram o grupo de trabalho, porque a perspectiva é que haja um diálogo sobre as coisas e, como tal, quantas mais pessoas estiverem presentes que as trabalharam e acompanharam o processo, mais rico e mais esclarecedor ele deverá ser.

O Sr. Lino de Cravalho garantiu que os representantes da CDU seriam elementos da equipa de trabalho, caso a sua proposta fosse aprovada.

Se a representatividade da A. M. fosse paritária, o Sr. Presidente da CMÉ considerou ser de extrema importância que a edilidade se fizesse representar por um membro de cada partido.

Assim sendo, o Sr. Presidente colocou à votação a proposta do Sr. Lino de Carvalho, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Com o acto atrás apontado foi encerrado o 2º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO 3 - CEDÊNCIA DE 51 LOTES, NO BAIRRO DA CASINHA NORTE, ÀS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO ECONÓMICA GIRALDO SEM PAVOR, BOA VONTADE E HABITÉVORA

Sendo se seu conhecimento que na continuação da Rua Carolina Osório, sita no Bairro da Casinha, se localizam *menhires* em vias de serem classificados como monumentos de interesse concelhio, a Sra. D. Carmen Balesteros perguntou qual era o ponto da situação e quais eram as acções que estavam previstas para a sua preservação e valorização.



O Vereador Almeida Henriques elucidou que o projecto foi concebido, na globalidade, no sentido de proteger não só os valores patrimoniais arqueológicos referidos, mas também os naturais.

Não desejando mais alguém pronunciar-se sobre o 3º ponto da agenda, o Sr. Presidente pô-lo à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o ponto 3 da ordem do dia da presente acta, nos termos do nº 4, do artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

Dada nova oportunidade à assistência para falar, ninguém demonstrou interesse em fazê-lo, pelo que o Sr. Presidente terminou a sessão pela uma hora e quinze minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou a presente acta que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

2º Secretário – Maria da Conceição Couvinha, em substituição de António Joaquim Serrenho

(Acta aprovada, na sessão de 24/09/99, por maioria, com 4 abstenções)